CNBB e OAB fazem críticas à redução da maioridade

Para entidades, medida não vai ajudar a reduzir a ocorrência de crimes no país

Governador de São Paulo defende proposta que prevê maior tempo de internação para jovens que praticam crimes violentos

DANIELA TÔPOLI 
ALENCAR DE SOUZA 
VINICIUS ABRAHÃO 
DA SILVA E CRUZ

A CNBB (Conférence Nacional dos Bispos do Brasil) defende a retirada imediata da proposta que reduz a maioridade penal no Brasil.

Em texto assinado pelas pastoraiais e por dom Aldo Di Cillo Pagotto, presidente da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, a entidade diz ser contrária a proposta que sugere um amplo debate não apenas com os parlamentares mas com todas as forças vivas da sociedade.

Para a CNBB, a medida "poderia contribuir, sobretudo para o agravamento da criminalidade" (caso jovens acabem na prática, indo para prisões de maiores de 18 anos).

O arcebispo de São Paulo, d. Odilo Pedro Scherer, disse que "com princípios de iniciais redução do jovem penal a maioria penal em dois anos vai atingir um número muito pequeno de pessoas", afirmou ele.

"A CNBB é a favor de medidas socioeducativas de duração, pela prevenção e acompanhamento dos adolescentes, para que se possa prever o movimento dos menores e desestimulá-los a participar em crimes", afirmou.

A OAB-SP também está contra a medida. Ricardo Cabezon, da Comissão dos Direitos da Infância e do Adolescente da entidade, diz que o projeto será inóculo. "Vejo com pesar. Isso não resolve a violência."

Internação mais longa

Já o governador José Serra (PSDB-SP) defende proposta que prevê a possibilidade de maior tempo de internação para jovens que cometam crimes graves, alterando os prazos previstos no ECA (de 3 anos para até 8 (primários) e para até 10 anos (reincidentes)).

"Tem que ser melhor analisada se é ou não constitucional [a proposta de redução da maioridade penal], mas eu sei que é muito controversa e contribuiria menos para resolver os problemas do que uma proposta semelhante à nossa."

Carlos Ayres Britto, ministro do Supremo Tribunal Federal, acredita que a medida não reduziria a criminalidade.

"As pessoas maiores de 16 anos e menores de 18 anos precisam de oportunidade de trabalho, de ergonomia, de um contexto social de verdadeira inclusão", afirmou Britto.

Para ele, o diagnóstico sobre a redução da criminalidade passa "pela necessidade, urgente, de distribuição de renda, de oportunidade de emprego e de educação".
Vejo com pesar essa decisão porque sabemos que isso não resolve o problema da violência no país.

RICARDO CABEZON:
Membro da Comissão dos Direitos da Humanidade da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)